

Dourados, 30 de abril de 2007

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM CAMPO GRANDE

Kemp, a CPT, e indígenas exigem Punição por trabalho escravo em MS

O deputado Pedro Kemp, a Comissão pastoral da Terra e os indígenas que participaram de uma audiência pública na última terça-feira no plenário da Assembleia Legislativa em Campo Grande exigiram a punição dos usineiros, fazendeiros, empresários de carvoarias e outros empregadores do campo que praticam o trabalho análogo a escravidão com os trabalhadores, seja em forma direta ou indireta.

O reclamo aconteceu no marco da audiência pública chamada **“MS com trabalho digno”** convocada pelo deputado Pedro Kemp, com motivo da semana e dia do trabalhador. Da mesma participaram como palestrantes Nogueira, superintendente regional do do Ministério Público do Trabalho; Coelho, da Marcha Mundial de Mulheres; Cícero Rufino Pereira, procurador do Ministério Público do Trabalho; Sandra Cassone, prefeita de e Mieceslau Kusvalick, da Comissão da Terra, e o próprio Pedro Kemp.



semana

Marlene
trabalho
SoniaItaquirai
Pastoral

Com a presença de numerosas lideranças indígenas, de movimentos de mulheres e camponeses, sindicalistas, estudantes de escolas agrícolas, representantes de organizações sociais, vereadores de municípios do interior do estado e de organismos públicos, que lotaram o plenário de assembleia legislativa foi feita duras críticas contra os empresários que continuam com a convicção medieval de que só podem gerar desenvolvimento e lucro colocando ao trabalhador como objeto de mão de obra escrava.

A situação foi colocada como preocupante tendo em conta que em 2007 no Estado foram libertados 5.975 trabalhadores, em 115 operações, que foram encontrados em condições de trabalho análogo à escravidão. Isto colocou a MS em segundo lugar do ranking nacional em relação à prática de trabalho degradante no campo. Para o deputado Pedro Kemp “estamos ante uma realidade irracional em que os empresários insistem em submeter ao trabalhador em escravo moderno e isso não podemos aceitar em Brasil que é signatário das legislações internacionais que rechaçam tratos inumanos aos trabalhadores e trabalhadoras”.

“Os indígenas jovens estão condenados ao envelhecimento precoce, com 40 anos já não podem trabalhar, muitos são encostados e esquecidos entre os 40 e 60 anos porque já não servem para trabalhar nas usinas. Os empresários tiram até a dignidade humana dos indígenas e é necessário penalizar os crimes cometidos contra os trabalhadores abusados em seus direitos nos canaviais e nas usinas”, sinalou o indígena Issac, do povo guarani kaiova, hoje professor, mas que aos 12 anos já era cortador de cana.

Para Mieceslau Kuslavick, assessor da Comissão pastoral da Terra o agronegócio modernizou a violência no campo e com a tecnificação não chegou a diminuir o trabalho escravo. Ao contrario, parafraseando a uma conhecida pesquisadora no tema, indicou que os cortadores de cana não são qualificados pelos empresários locais e as transnacionais e sim “são treinados para serem excelentes atletas e com isso há uma maximização da exploração aceita pelos trabalhadores em um regime de competitividade entre eles incentivados pelos próprios empresários”. “Diz também que há 20 anos que se fala da mesma coisa e que não mudou nada pelo que é preciso penalizar aqueles que fomentam o trabalho degradante e desumano”.

Trabalho decente

Foi lembrado também, entre outras situações, que o Brasil faz parte de uma campanha internacional da Organização Internacional do trabalho (OIT) chamado de Trabalho Decente, que tem quatro pilares principais: Respeito às normas internacionais do trabalho – liberdade sindical; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação - ; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social e dialogo social.

Todas às denúncias feitas na audiência pública foram anotadas e as proposições vão ser colocadas na pauta de implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente.

FONTE: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

cptdouradoscomunica@yahoo.com.br; cptms@terra.com.br